

Iraque

Aluno: Joana Emmerick Seabra
Orientador: Nizar Messari

Introdução

Pode vir a ser de amplo conhecimento o desenrolar de alguns acontecimentos até chegarmos a invasão do Iraque em 2003. Guerra do Vietnã, Guerra Irã x Iraque, I Guerra do Golfo: esta gozando de ampla "legitimidade", uma vez que numa ação concertada uma liga de países com respaldo da ONU impede que um Iraque controle um Kuwait e a produção de petróleo da região. Se salva o mundo de um ditador, entendido como a personificação do Estado – não mais o herói secular lutando contra as loucuras do fanático Komeini, mas um sanguinário capaz de dizimar a sua própria população¹.

É então estabelecido um sistema de sanções – não era ainda hora de derrubar o regime. Controla-se o que entra, o que sai. O governo iraquiano por outro lado dificulta da forma que pode o acesso de inspetores e não corresponde aos acordos estipulados sobre o processo de desarmamento. Mas ainda assim o Oil for Food programme (programa Petróleo por comida) parece constituir o melhor e mais abrangente sistema de sanções da ONU (vide os escândalos quanto as denúncias de corrupção no programa e o absurdo humanitário a que foi relegada a população iraquiana).

Os ataques de 11 de setembro podem ser entendidos como uma boa forma de justificar a guinada da política externa americana em 2002, cujo ápice observamos com a aprovação da Resolução 1441 do Conselho de Segurança da ONU e subsequente invasão do Iraque em 20 de março de 2003 - a não legitimação pelas Nações Unidas era apenas uma questão de tempo, como veremos com a aprovação da Resolução 1483 e 1511 respectivamente. Neste sentido que compreendemos que muita atenção foi dada à invasão do Iraque, mas a grande questão que fica é: o que virá daí em diante?

Para refletirmos esta pergunta nos parece essencial passar brevemente pela condição em que se encontra a própria disciplina de Relações Internacionais. Existe um amplo debate sobre a condição desta disciplina, compreendida por uns como uma área autônoma, quanto que por outros como uma parte mais especializada das ciências políticas comparadas. Podemos dizer que se trata de uma ciência política que, autônoma ou não, dialoga com as diferentes esferas das ciências sociais e humanas de uma forma geral.

Embora vejamos crescer um movimento crítico na produção de conhecimento envolvida com as relações internacionais, temos que o desenvolvimento da disciplina se apóia num eixo anglo-saxônico, que conseqüentemente ainda se mostra como predominante no processo de produção de conhecimento e de estabelecimento de agendas de pesquisa e debate. Ou seja, embora os movimentos críticos compreendam entre as diferentes formas de ruptura epistemológica a tentativa de descentralizar e enfraquecer o monopólio que se forma nesta manutenção do status quo vemos ainda claras influências deste *mainstream* na produção de conhecimento de uma forma geral.

Considerando assim a estreita relação entre o desenvolvimento das políticas comparadas no mundo anglo-saxão, mais especificamente nos Estados Unidos, com o desenvolvimento

¹ SEYMOUR, M. 2002. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/CA/journal/issues/v45n3/043004/043004.web.pdf>. Acesso em: 10 junho 2007.

das Relações Internacionais, que trazemos a análise de Nyatullah e Blane² para contextualizarmos a questão. Para estes autores há de se compreender a predominância de teorias modernizantes na ciência política, em especial a política comparada, e a influencia subsequente para a disciplina de Relações Internacionais. Desta forma, este movimento modernizante que teria início após o fim da segunda guerra mundial, encontraria possibilidade de sobrevida agora principalmente a partir do fim da guerra fria. Observamos que nestes dois contextos cresce a necessidade de serem estudadas as novas nações que emergem, seja pelos processos de descolonização seja pela dissolução da URSS; estudo que ocorre quando na comparação entre duas ou mais nações.

Ao estabelecer como base uma igualdade universal (ou um marco zero), acaba se estabelecendo uma única lógica de desenvolvimento possível e as diferenças passam então a ser vistas como etapas de maior ou menor grau de desenvolvimento rumo a um fim último. Assim que temos as Relações Internacionais compreendidas como uma disciplina essencialmente modernizante, uma vez que vemos a predominância de abordagens (*mainstream*) que se amparam em duas premissas: no binário entre internacional/doméstico ou *inside/outside* (onde o próprio internacional seria espaço de modernização) – ou seja, num contexto de anarquia sistêmica, a possibilidade de ordem e progresso existiria diante da homogeneização dos ambientes domésticos. Em segundo lugar, a dicotomia tradição/modernidade. A idéia de “sameness”, ou igualdade, revestindo diferença em inferioridade, dada a normatividade desta escala linear de desenvolvimento político, cultural, econômico - tradição e modernidade como contraposições entre o ultrapassado e o progresso. Neste contexto não há espaço para a história.

Há, entretanto, um ponto essencial nesta concepção: a modernidade aqui está compreendida como a disseminação de uma modernidade liberal; a modernidade liberal seria assim a mais alta etapa de desenvolvimento, ou de estado civilizatório, sendo esta crença então justificativa e autoprovadora de alibis para a violência e imposição de um colonialismo como forma de erradicar espaços não governados por esta estrutura estatal moderna (liberal). Ou seja, estamos falando principalmente do tratamento dado à diferença cultural em países de terceiro mundo, onde, para os autores, a dinâmica seria de reprodução do “double movement” de Todorev, ou momento do encontro etnológico. O problema de como lidar com a diferença.

“The comparativists, according to Todorev (1984:240), “puts certain objects, all of which are external to him, on the same level and he himself remains the sole subject”(Todorev)” . Assim, *“The culture of the modern west presents itself “as the frameworks, tool or theory for understanding the others. Thus, this hegemonic, parochial vision operates paradoxically by rejecting the otherness of the nonwest – accepting them as earlier stages in the evolution of the self.”* (BLANEY, D.; INAYATULLAH, N. pp.112)

No caso do Iraque, temos os argumentos sobre as WMD (Weapons of Mass Destruction, ou Armas de Destruição em Massa) diante do processo que levou a invasão em 2003, e quando se prova a enorme mentira ao redor desta justifica o país já se encontra ocupado. O discurso muda para a necessidade de se pensar uma nova estruturação política, econômica e social: inicia-se o processo de reconstrução, como se partíssemos agora de um marco zero? Uma total ahistoricidade, como não poderia deixar de ser diante de tal lógica. Os discursos das autoridades do governo Bush e do próprio presidente sobre a necessidade de se implementar a democracia no Iraque sendo uma parte, apenas, de um projeto maior, uma plataforma para a reestruturação do oriente médio de uma forma geral.

² BLANEY, D.; INAYATULLAH, N. 2002. Disponível em: <http://ejt.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/1/103>
Acesso em: 14 mar. 07

“(...)In Iraq we are helping the long suffering people of that country to build a decent and democratic society at the center of the middle east(...)the middle east will either become a place of progress and peace, or it will be na exporter of violence and terror that takes more lives in america and in other free nations(...)”(Bush 2003)³

De acordo com Charles Tripp⁴, a idéia de deposição de Saddam nunca morreu entre os neo-cons norte americanos, que tiveram a sua oportunidade de ouro com os ataques de 11 de setembro. Para este autor existiam três escolas predominantes quanto a formulação de política externa norte-americana, com diferentes posições no que se refere ao que fazer pos derrubada Saddam. O autor chega a conclusão de que embora as três escolas tenham tido bastante influencia na constituição do Coalition Provisional Authority (Coalizão de Autoridade Provisória), haveria mais influencia da escola liderada pela figura de Condolezza Rice, carregada de alto teor ideológico - nao bastaria assim derrubar Saddam, era preciso construir uma democracia que seria o espelho para futuras revoluções democráticas na região.

"Clearly , the focus on democracy in the political science of the middle east was not driven entirely by the politics of the region. Yet it proved very difficult for scholars of the middle east politics to escape the pervasive and powerful assumption that political change of any kind could be understood in terms of democratization. Indeed, Albrecht & Schlumberger (2204, p. 372) argued that an "uncontested global paradigm... dictates that political change, if it occurs, should generally be in the direction of democratization. (...) The impulse to study democracy reflected not only the powerful pull of normative commitments but also the seductions of the policy world.(...) Moreover, personal preferences and political convictions intersected with disciplinary imperatives, particularly in political science, to create an even more powerful pull toward the study of democracy. (...)From the perspective of Middle East studies, comparative politics remained more parochial than its aspirations suggested, as it did, American style democractic institutions as the standard by which politics can and should be measured."(ANDERSON, pp. 200)

Assim que observamos as contradições no pós invasão do Iraque diante da tentativa de implementação de uma cultura mundial (ou modernização do próprio internacional!), na tentativa de projeção de um particularismo como devida condição universal. Esta limitada compreensão dos processos sociais reproduz então uma ordem de opressão e subordinação da diferença. Desta forma estabelecemos: a hipótese é a de que não caímos em retórica se compararmos o processo atual no pós-invasão do Iraque a uma tentativa de neo-colonização da região.

Objetivos

Proponho, neste trabalho, discutir as contradições observadas no pós invasão do Iraque apontando a partir deste exemplo empírico a relação entre a teoria e a prática política.

Metodologia

³ RUSSELL, J. 2005.

⁴ ANDERSON, 2006.

A pesquisa sobre Iraque teve dois momentos distintos. O primeiro se constituiu por um trabalho sistemático de pesquisa documental. Recorrendo ao uso de recursos eletrônicos – leitura de jornais on-line, sites de organizações governamentais e não governamentais, blogs, acessos a bases de dados, documentos oficiais, entre outros, desenvolvi uma planilha no programa de informática Excel sobre os principais acontecimentos no Iraque desde 1960 – os fatos referentes à primeira e segunda guerras do golfo – e as ações correspondentes dos principais atores internacionais envolvidos: EUA, Iraque, ONU, EU, Liga dos Estados Árabes, entre outros. Assim, essa técnica constituiu-se como a mais importante em meu trabalho, pois me permitiu elaborar uma digressão própria dos conflitos e seus desenvolvimentos e imbricações. Assim, a análise das informações contidas na tabela permitiu o fechamento do foco do presente trabalho. A partir daí buscou-se uma leitura paralela, mais aprofundada sobre o foco em questão, de artigos e notícias em outros meios também eletrônicos e o resumo das leituras feitas arquivados no computador pessoal. O segundo momento se constituiu da pesquisa bibliográfica; nesta parte ocorreu uma pesquisa sobre fontes bibliográficas, principalmente artigos e livros, averiguando as concepções teóricas que melhor embasavam os argumentos e idéias levantadas, possibilitando assim o debate teórico que o exemplo empírico pode fomentar. Desta forma, a leitura e elaboração de resumos das principais idéias desses textos em uma pasta no computador pessoal facilitam o trabalho de aprofundamento dos estudos, além de consistir como novas fontes de pesquisa posterior, diante de todo material já lido.

Proponho-me a buscar um método racional, diante da necessidade de reflexão e argumentação sobre as questões apontadas, possibilitando o desenvolvimento de um raciocínio lógico. Embora na prática a indução e a dedução se complementem, espero partir de casos particulares para um quadro mais geral. Não considerando possível a comprovação de minhas hipóteses, acredito que a partir dessas inferências indutivas poderei apresentar prováveis conclusões. Sendo assim, a forma de análise demonstra-se qualitativa, uma vez que a argumentação da autora, assim como a encontrada nos textos devidamente citados na bibliografia, mostra-se evidente na formação da idéia desta pesquisa.

JUSTIFICATIVA

Steve Smith discorre em seu texto “*Positivism and Beyond*” sobre o problema de haver na disciplina de Relações Internacionais a predominância de uma epistemologia positivista - vide as teorias de *mainstream* – e as conseqüências práticas diante da limitação ontológica subsequente. Dessa forma, com a predominância de uma epistemologia empiricista na disciplina, o autor coloca que as teorias positivistas se tornam responsáveis pelo caráter e conteúdo das RI, não buscando apenas explicar ou predizer, mas definindo o horizonte ético e prático das RI; nesse sentido é dito que os diferentes debates nas RI não são uma visão alternativa de mundo, mas sim diferentes visões do mesmo mundo. O ponto central que queremos ressaltar esta na ideia de que “ *International theory underpins and informs international practice (...) In this sense what is at stake in debates about epistemology is very significant for political practice.*”(SMITH, pg13)

Partindo desse pressuposto que entendemos a importância de problematizar e denunciar a naturalização de relações hierarquizantes, exemplificadas nas dicotomias entre sujeito-objeto, publico/privado, internacional/doméstico, e quais queres processos que legitimem a objetificação do outro, possibilitando sua dominação. Quer dizer, o caso do Iraque nos parece emblemático uma vez que parece materializar a discussão que suportamos sobre a ahistoricidade, a atemporalidade, da própria disciplina de Relações Internacionais.

Resumo

Como o objetivo deste trabalho é discutir um pouco mais do pós invasão, faz-se necessário realizar um corte histórico para início de análise. Desta forma, partimos do fim da I Guerra do Golfo e estabelecimento das sanções ao Iraque uma vez que estas perduraram até dois meses após a invasão, sendo utilizadas como justificativa legal para a invasão.

Assim, com a intervenção liderada pelos Estados Unidos (Operation Desert Storm) e legitimada pelo Conselho de segurança da ONU de acordo com a Resolução 678 do Conselho de Segurança (estipula 15 de janeiro como prazo para que o Iraque cumpra com a Resolução 660, respeitar a soberania e integridade do Kuwait com *withdrawal* total das tropas) inicia-se uma outra guerra, mais silenciosa. Era necessário ao Iraque transparecer todo e qualquer plano sobre construção de artefatos nucleares, armas de destruição em massa, permitindo inclusive a destruição destas, assim como total liberdade de acesso para inspeção por parte da agência internacional de energia atômica (IAEA) e da comissão de verificação e inspeção (UNMOVIC). A resolução 678 do CS da ONU condiciona então esta compliance por parte do país a anulação das então acordadas sanções.

Muito se passou entre encontros e desencontros, e claro o país alegando não apenas o seu direito ao território do Kuwait como a interferência massiva a sua soberania nacional. Não aceitando compliance total com as agencias, vão se asfixiando todas as formas de sobrevivência econômica ao país, ate que em 1995 torna-se necessário - seja pela sobrevivência da população iraquiana através do interessante acesso a seu petróleo - estabelecer um programa de sanções considerado o mais bem elaborado programa de sanções da ONU ate então: o Oil For Food Programme, quando e criado um controle central para as relações comerciais com o Iraque garantido pelo Secretario Geral e conselho de segurança da ONU. Quer dizer, estabelecem listas de comercio autorizando cotas para trocar a venda de petróleo por produtos básicos como o próprio nome já diz. O fundo controlado pelo alto escalão da ONU garantia que parte da venda desse petróleo levasse comida a população, mas também que pagasse os custos das operações das diferentes agencias da ONU presentes no pais, assim como os danos de guerra aferidos a divida externa iraquiana, relativos a tentativa de anexação do Kuwait. Esta relação vai deteriorando-se ate que o Iraque resolve diminuir a cooperação e finalmente expulsar do país as diferentes agencias de inspeção da ONU, o que se passa em 1998. De la a 2002 confrontos ocorreram entre Iraque, Inglaterra e Estados Unidos, mas mais referentes a movimentação de tropas e incursões não autorizadas com despejo de bombas na no fly zone, mas em finais de 2001 inicio de 2002 a coisa começa a mudar de figura.

Num discurso para a Assembléia Geral em 12 de setembro de 2002, Bush volta a retomar a não compliance do Iraque frente as Resoluções 678 e 1373 do Conselho de Segurança da ONU, desta vez apontando o apoio prestado pelo pais ao terrorismo e da presença de bases fortes da Al Qaeda no pais, ressalta também a tentativa de desenvolvimento de um programa nuclear antes da guerra do golfo. Assim, o perigo estaria em conseguir o Iraque novas armas, impedindo o Oriente Médio de alcançar o progresso e liberdade e dando espaço para que pudesse então ocorrer outro 11/09 - uma ameaça a segurança nacional americana. Neste contexto que quatro dias depois o Iraque aceita a volta dos inspetores das agencias IAEA e UNMOVIC sem previas condições, prometendo inclusive compliance com a Resolução 678 de forma a provar que não há no país WMD ou projeto de programa nuclear. O que muitos não sabem porem e que já estava ali decidido o destino, uma vez que encontros entre Estados Unidos e Inglaterra em junho desse mesmo ano já indicavam a decisão norte americana de atacar, o que levou a um aumento dos confrontos na no-fly zone, e inclusive do numero de bombas despejadas por esses aliados.

Entretanto, formalmente ganham força as negociações na ONU, mais especificamente no Conselho de Segurança. EUA e Inglaterra elaboram uma draft resolution e buscam apoio para sua aprovação, apesar das severas criticas da OIC e de outros atores sobre a condição de

"double standard", já que Israel, por exemplo, não aceita full compliance com diversas Resoluções (inclusive sendo uma exceção a possessão de armas nucleares num oriente médio cujo objetivo e se constituir como uma zona livre de armas nucleares?) e não sofre ameaça de intervenção. Enfim, a posição da maior parte dos países era a de imposição de uma resolução forte onde o Iraque tivesse que aceitar a volta dos inspetores de forma incondicional, inclusive estipulando prazos para que provasse o que foi demandado, mas enfatizando a necessidade de unidade na decisão ainda de não uso da força. Por outro lado, EUA e Inglaterra buscavam uma resolução forte que lhes desse a brecha para uso da força.

Desta forma que EUA e Inglaterra conseguem fazer aprovar a resolução 1441 que pode ser entendida como um dos marcos dessa historia. De acordo com o parágrafo 7 da ONU então se estabelece uma ultima oportunidade de cooperação incondicional pelo Iraque, cumprindo com todos os pontos declarados na Resolução 678 de 1991, tendo então um prazo de 30 dias para entregar um relatório com todas as informações sobre armas nucleares e de WMD. Qualquer falha seria então considerada uma brecha para ação coercitiva.

No dia 27 de janeiro, as agencias entregam um relatório, mas argumentam que precisam de mais tempo para mais inspeções. Segundo este relatório o governo do Iraque passou a cooperar mais e não há indícios de possessão de tais armas. O movimento dos países não alinhados (NAM) faz então um pedido para que Oriente Médio não se torne novamente o espaço material da guerra ideológica (numa referencia a guerra fria, mas hot no OM) e que um ataque seria o fim do sistema internacional. A Liga dos Estados Árabes rejeita que utilizem a idéia de que se trata de uma ameaça regional, pedindo também que se busque ate o ultimo momento a resolução por forma pacifica. Franca, Alemanha e Rússia também se posicionam como não tendo condições suficientes para aprovação do uso da força.

Em 7 de marco Inglaterra, EUA e Espanha desenvolvem draft resolution acusando o Iraque de não ter cumprido com a resolução 1441, ou seja, de que havia uma brecha, acusando-o de tentar comprar urânio empobrecido da Nigéria alem de não terem relatados alguns documentos sobre WMD encontrados, estipulando um prazo de dez dias para total compliance. O NAM aponta que constituem 2/3 dos países se opondo a guerra, alem das conseqüências econômicas devastadoras que a África poderia encontrar; os inspetores das agencias atômicas provam a falsidade dos documentos apresentados por Powell sobre a relação entre Nigéria e Iraque, e Franca deixa claro que veta a Resolução em reunião do Conselho de Segurança. A guerra já era inevitável: em 17 de marco Annan evacua a equipe internacional do Iraque e em 20 de marco a coalizão ataca o país.

A legitimação da guerra, entretanto, era apenas uma questão de tempo, inclusive diante do interesse dos países agora em participar do futuro da 2a maior reserva de petróleo do mundo. Em 22 de maio, dois meses após a guerra ter inicio, discute-se na ONU a reconstrução do país e o papel a que poderia se prestar a ONU. Este e o primeiro incrível passo: com a aprovação da resolução 1483 apóia-se que os Estados Unidos criem, ou componham um governo administrativo temporário (vide as pressões por restauração da soberania e participação dos próprios iraquianos na reconstrução do país) e que estabeleçam também um fundo para o desenvolvimento do Iraque, devendo este incluir um representante do Secretario Geral, o diretor do FMI, diretor do Fundo Social e Econômico para o desenvolvimento Árabe, alem do presidente do Banco Mundial. Decidem assim passar em seis meses o controle de todo Oil for Food Programme para a "Autoridade" (forma como deveria ser chamada a força de coalizão como autoridade provisória). Quer dizer, os fundos antes sobre controle da ONU passariam para a CPA. A extração do petróleo, assim como de gás natural, deveria sofrer auditoria publica - desde que 5% continuasse sendo depositado no Fundo Compensatório criado com a resolução 678 para arcar com as ações da ONU no Iraque.

Dias antes da aprovação da resolução 1483 durante reunião previa do G8 (16, 17 de maio em Dauville, Franca) estabelece-se como prioridade reorganizar a dívida externa do

Iraque. Neste período França e Rússia ainda estão contra a guerra, mas dadas as novas condições de se reorganizar a dívida externa iraquiana através dos organismos financeiros, seja FMI e Clube de Paris além do Banco Mundial, a resolução é aprovada e a guerra finalmente declarada como tendo fim: e rumos a uma reconstrução que ocorrerá com os próprios recursos iraquianos.

Está preparado o caminho para legitimar a ocupação com a Resolução 1511 que reconhece como legítimo o recém criado Governing Council, ou Conselho governativo, estabelecendo também que estes cheguem a uma draft constitution. Este processo se fecha com a Conferencia Internacional de Madrid (22, 23 de outubro de 2003), ou conferencia de doadores para o Iraque, onde se reconhece o Governing council com legitimidade inclusive para iniciar o processo de privatização da produção de petróleo, da área de comunicação, e desta forma inicia-se a luta pelo liberalismo como modelo econômico para o país, rompendo com o antigo capitalismo de mercado de uma pretensa Republica Socialista.

Formação do governo constitucional

Com a Resolução 1483 do Conselho de Segurança estabelece-se a necessidade de se criar um corpo administrativo de forma a retornar aos iraquianos o controle de seu país. Além disso, há de se apontar a enorme pressão de organizações civis pela restauração da soberania iraquiana e participação dos próprios iraquianos na reconstrução do país. Buscando diminuir os ataques que sofria, e a insurgência crescente contra a ocupação, que a CPA compõe em 13 de julho de 2003 o Iraq Governing Council, ou Conselho de Governo Iraquiano, a administrar o país conjuntamente com a “Autoridade”, ou o conjunto de aliados que formavam o conselho administrativo do país, liderados pelo norte americano Paul Bremmer. Entretanto, elegeram, na maior parte, exilados iraquianos, ou nacionais “mais ocidentalizados”, graduados em universidades ocidentais para este comando provisório.

Há muitas acusações de que se tratavam na verdade de marionetes da CPA, mas constantes criticas dos membros do conselho a decisões da CPA podem ser uma das possíveis explicações a sua dissolução prematura em 1 de junho. A resolução 1438 pediu também que este corpo aprovasse uma constituição provisória e uma data para fim da ocupação e restauração da soberania, acordada no dia 15 de dezembro de 2003 para a data de 30 de junho de 2004.

Em 8 de março de 2004 o Iraq Governing Council aprova a TAL, ou Iraq Transitional Administrative Law (Lei Administrativa Transitória pra o Iraque) que foi duramente criticada por estabelecer os parâmetros necessários para início da liberalização do país através principalmente de desejada privatização da produção de petróleo. Outra critica é a de que este corpo de lei entrando em voga quando assumisse o Governo Interino do Iraque, ou seja, 30 de junho de 2004, estaria regulando o país ate a formação de um governo permanente e aprovação da nova constituição do Iraque. Entretanto, ate este momento uma possível mudança em seu corpo só seria possível mediante consenso de $\frac{3}{4}$ da assembléia, cuja votação só ocorreria em 30 de janeiro de 2005.

Assim, em 28 de junho 2004 assume oficialmente o Iraq Interin Governement (Governo Interino do Iraque) e entra em vigor a TAL. Congratulados e legitimados ao retorno a soberania um grupo de governantes escolhido pela CPA, sob as leis desenvolvidas pela CPA, que inclusive mantinham como pré-condição, apesar de sua dissolução, que as questões relativas a segurança continuassem sob comando dos Estados Unidos, inclusive a responsabilidade por detenção, custódia de indivíduo – embora em nenhum momento especifiquem sob que bases, salvaguardas e etc., o que poderá ser verificado com os inúmeros casos de prisões não justificadas, pessoas sem acesso a advogados, e recorrentes abusos aos

Direitos Humanos como foram os casos de Abu Ghraib.

O mês de agosto de 2004 se mostrou marcante pelos combates freqüentes entre a insurgência que se fortalecia e a coalizão junto a tropas iraquianas. Por exemplo, chegando ao ponto de haver a necessidade de mediação por parte do Aiatola Al-Sistani (líder espiritual xiita) para um ceasefire entre as partes. Não dura muito tempo e em novembro as forças de coalizão lançam um ataque a cidade de Faluya, essencial para a insurgência, que deixa a cidade destruída, além dos milhares de mortes provocadas. Neste ritmo em 7 de novembro declaram um estado de exceção, que não incluía as províncias curdas do norte do país.

Em 30 de janeiro finalmente ocorrem as eleições para uma assembléia transitória, cuja maior tarefa foi a elaboração de uma comissão de constituição, cuja responsabilidade foi elaborar um draft para a nova constituição do Iraque; draft este apresentado e aprovado por referendo nacional em 15 de outubro de 2004. Esta assembleia governou até dezembro, quando uma nova eleição ocorreu no dia 15 para a assembléia nacional – para então realizar as últimas modificações necessárias à constituição, ou amendments. Este governo assumiu em 20 de maio de 2006, sendo assim o primeiro governo permanente do Iraque. Ocorre, entretanto, que as regiões sunitas não estiveram representadas por essa eleição. Uma justificativa seria um boicote. Por outro lado, houve também o pedido que adiassem as eleições de forma a garantir maior segurança nessas regiões, pois sendo centro de conflito e havendo a ameaça de grupos insurgentes sunitas contra a participação no processo político, as pessoas estiveram impossibilitadas de comparecerem às urnas. Este pedido foi negado. Então, sem representação, prometeu-se lembrar das reivindicações sunitas na reforma da constituição. As eleições foram consideradas ainda assim justas e limpas, embora nenhum OI/ONG internacional tenha aceitado a tarefa de monitorar o processo, dadas as condições de segurança. O monitoramento ocorreu a partir da Jordânia e também por voluntários iraquianos de diferentes organizações, assim como todo o comitê canadense de monitoramento das eleições esteve anônimo, sendo só conhecido seu presidente. A ONU se negou a realizar as eleições uma vez que já havia se dedicado ao processo de anterior.

De-baathificação

Observando o pós-invasão do Iraque, temos inúmeras contradições, contra-sensos, e conseqüências que poderão vir a serem catastróficas. Por exemplo, uma das primeiras ações da “Autoridade”, na direção de Paul Bremer, foi o desmantelamento da polícia e forças armadas iraquianas, deixando a população em total situação de insegurança. Motivo? *De-baathification* em um país onde não ser leal ao Baath era encaminhamento a morte. Esse desmantelamento das forças armadas pode ser uma das causas fortalecedoras dos movimentos insurgentes como O Sunni nationalist, uma vez que os soldados e policiais estariam utilizando as armas e fundos do governo deposto em sua militância: ou seja, critica-se o fato de que o desmantelamento das forças armadas tenha ocorrido sem o desarmamento prévio de seus integrantes. A segunda tarefa necessária foi então ao mesmo tempo em que se enfatizava a necessidade de um Estado forte, dar apoio a milícias locais, chefes tribais que mantinham uma determinada sensação de segurança em suas localidades, já que os aliados não tinham como prover. O movimento de debaathificação é um dos pontos essenciais nos conflitos observados entre diferentes grupos insurgentes no Iraque atualmente. Não causa surpresa perceber que a maior parte dos grupos insurgentes seja de sunitas, que entre algumas preocupações está a de serem excluídos do processo político. O programa de debaathificação requer que membros do antigo governo estejam impedidos de participar de um novo governo por lei, e que membros antigos de baixo escalão tenham que fazer um juramento sobre seu rompimento com o partido de Saddam. Claro que esta cláusula imposta na TAL e na constituição é rejeitada veementemente pelos grupos sunitas. Mas há também grupos xiitas, compreendidos mais como partidos

políticos que possuem braços armados. Enquanto os grupos sunitas se ocupam de ataques suicidas, ataques a bomba, além da guerra de guerrilha, os grupos xiitas formam milícias paramilitares que perseguem indivíduos sunitas. Seja quando constituem forças de segurança quase privadas, seja pela utilização do próprio aparelho estatal, o qual dominam após a eleição da assembléia nacional. Sendo assim, não é difícil ouvir relatos de militantes xiitas que oficialmente uniformizados perseguem sunitas, como esquadrões da morte. Os grupos curdos tem uma posição mais unitária politicamente dada sua anterior condição de autonomia e organização política.

As constantes declarações de Bush sobre o perigo da Al-Qaeda no país também se tornam justificativas muito plausíveis e pouco reais no início, mas que podem ganhar cada vez mais espaço. Com o início da insurgência a Al-Qaeda tinha uma presença pequena no país, embora suas ações fossem as mais espetaculares. Entretanto se fortalece cada vez mais sua organização quanto mais a luta armada parece constar como única forma viável de resolução da questão.

Destruição Sítios arqueológicos e culturais

No Iraque, todas as variáveis levam a uma total esquizofrenia desde a criação abstrata elaborada por Churchill após o desenrolar da I Guerra Mundial e desmantelamento do Império Otomano – em 1922 elege um príncipe possível de ser rei, Faiçal. Enfim, comunidades extremamente diferentes, tanto étnica, cultural, quanto religiosamente foram agrupadas num mesmo escopo e ditadas a se pertencerem – a chave mestra de Saddam parecia o recurso a história, a construção de um passado comum, ou a apoderação do passado para a criação de uma identidade comum. Era o Saladino, era Nebuchadrezzar, era a elevação da antiga mesopotâmia como ferramenta de construção da identidade nacional iraquiana, seja através de incentivos para festivais, arte, teatro, poesia, ou outras formas de transcender as diferenças com ênfase na Assíria e Babilônia. “*Visual representations are a key element in symbolizing and sustaining national communal bonds. Such representations are not just reactive (that is, depicting an existing state of being), they are also purposefully creative and they can generate new social and political formations*” (SEYMOUR, pp.353)⁵

Sítios esses que mais uma vez estão sendo destruídos; vide a quase total destruição da cidade de Ur, da própria Babilônia, do Museu Nacional, de arquivos da Biblioteca Nacional e outros sítios culturais importantíssimos para entendermos mais sobre o desenvolvimento de nossas próprias práticas, mas também cuja importância foi central para se quer poder falar em nacionalismo no Iraque.

De forma alguma iremos dizer que a destruição desses sítios arqueológicos e culturais, já que falamos também de museus e bibliotecas, foram ações direcionadas de tropas aliadas – embora as tropas norte-americanas tenham de fato estabelecido uma base para pouso de helicópteros em um ponto extremamente prejudicial ao sítio arqueológico da Babilônia, segundo os arqueólogos estes foram minimamente cuidadosos quando dos alvos para bombas. O que se sugere é que não ocorre uma ação direcionada, mas uma enorme indiferença em relação à proteção desses pontos. E aí poderíamos adentrar a onda dos que defendem ser esta apenas mais uma das consequências não pensadas da guerra, mas seria de grande ingenuidade apostar nesta visão se tratamos justamente de um processo colonizador. Uma vez dada a inevitabilidade dos ataques, as Associações Internacionais de Museus, Arqueólogos, e outros grupos envolvidos, enviaram aos altos escalões da coalizão todos os tipos de informação

⁵ SEYMOUR, M. 2002. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/CA/journal/issues/v45n3/043004/043004.web.pdf>. Acesso em: 10 junho 2007.

sobre os sítios e pontos a serem protegidos, já que como ocorreu durante outras guerras era certo que sofreriam com o maior dos problemas: sem proteção esses sítios seriam e estão sendo alvo fácil para grupos e indivíduos que retiram da pilhagem e da escavação ilegal um mínimo para continuar: mínimo porque o preço de um artefato nunca antes analisado e roubado é no primeiro ciclo e muito pequeno, mas pode chegar a preços exorbitantes quando atinge os principais mercados: Europa, EUA e Japão (virando sonho de colecionadores individuais até virarem peças de museus como o Metropolitan, e tantos outros que ainda aceitam peças cuja proveniência não é clara – prática muito observada com a colonização de usurpação da cultura nacional, havendo inúmeros litígios por parte de alguns países para recuperação de artefatos “usurpados”). Estes sítios vem sofrendo com a destruição material, mas tendo esse movimento significados muito simbólicos para um país ocupado por uma potencia estrangeira ocidental.

Conclusão

Após sofrer anos de sanções econômicas o Iraque já possuía um sistema extremamente frágil, onde 60% de sua população dependia de subsídios governamentais para sua subsistência. Com os ataques de 2003 essa situação se deteriora ainda mais, com total destruição da pouca infra-estrutura que existia no país. Os aliados foram incapazes de estabelecer no tempo em que estiveram formalmente responsáveis pela reconstrução do país emprego, saneamento básico e segurança.

Com a passagem de governo para próprios iraquianos não diminui entretanto a sua influencia em tentar determinar os rumos políticos do país, apesar de esta condição estar levando a uma total divisão da sociedade, aproveitada de forma pragmática para a garantia de seus interesses. Desta forma, em 6 de dezembro de 2006 um grupo de senadores norte americanos lança um Iraq Group Study Report, quando após um tempo de pesquisa criticam a política externa americana para o país, enfatizando a drástica piora das condições em que se encontra o processo desde o início da invasão ate os dias de hoje. Muitos índices se encontram pior inclusive do que quando Saddam esteve no poder.

Ainda assim enfatizam a necessidade de se rever todo a política para o país, como num novo pacote – se por um lado apontam a necessidade de se negociar com Síria e Ira, por outro os próprios iraquianos não aparecem em nenhum momento como agentes de sua própria historia, não sendo ao menos consultados quanto as propostas desenvolvidas. Neste sentido que podemos entender a prioridade apontada no estudo, como o fazia em seus discursos Paul Bremmer, da necessidade de se manter todo o controle do petróleo nas mãos do governo central do Iraque, e não em cada região e mais: da extrema necessidade de ocorrer uma massiva privatização da produção e claro, dos poços ainda por se descobrir. Como se a liberalização econômica do país pudesse levar a uma liberalização política decorrente.

Esta posição causou muitas criticas por parte dos dirigentes iraquianos, que tem na questão do federalismo e distribuição dos recursos petrolíferos como uma problemática essencial nos conflitos vigentes, entre outras. Desta forma que este tipo de interferência acirra ainda mais os ânimos. Por outro lado, apesar das tentativas de se estabelecer um acordo nacional após as eleições da assembléia, em novembro diversos grupos já haviam se retirado do governo, estando em agosto de 2007 todas as tentativas via assembléia nacional paralisadas.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Lisa. Searching Where The Lights Shines: Studying Democratization in the Middle East. *Annual Review Political Science*. Columbia University. 2006

BLANEY, D.; INAYATULLAH, N. Neo Modernization? IR and the Inner Life of Modernization Theory. *European Journal of International Relations*, 2002. Disponível em: <http://ejt.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/1/103> Acesso em: 14 mar. 07

BRODIE, N.; RENFREW, C. Looting and the World's Archaeological Heritage: The Inadequate Response. *Annual Review of Anthropology*, 2005. Disponível em: <http://arjournals.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.anthro.34.081804.120551>

Acesso em: 30 junho 2007

RUSSELL, J. Strategy, Security, and War in Iraq: The United States and the Gulf in the 21st Century. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 18, n. 2, julho 2005.

SCHWARTZ, M. The Economics of Occupation. Global Policy Forum, 28 mar. 2006. Disponível em:

<http://www.globalpolicy.org/security/issues/iraq/attack/consequences/2006/0328economics.htm> Acesso em: 28 mar. 07

SEYMOUR, M. Ancient Mesopotâmia and Modern Iraq in the British Press, 1980 – 2003. *Current Anthropology*, Vol.45, n. 3, June 2002. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/CA/journal/issues/v45n3/043004/043004.web.pdf>. Acesso em: 10 junho 2007 pp.353

SMITH, S. "Positivism and Beyond." In: *International Theory: Positivism and Beyond*, K. B. M. Z. Steve Smith. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

TRIPP, C. The United States and state-Building in Iraq. *Review of International Studies*, 2004

TEIJGELER, R. So Yesterday was the Burning of Books. IW&A Documents, 5 outubro 2005. Disponível em: <http://iwa.univie.ac.at/teijgeler.html> Acesso em: 18/04/07

WOLF, M. Desecration of the Cradle of Civilization. Global Policy Forum, 15 abril, 2007. Disponível em:

<http://www.globalpolicy.org/security/issues/iraq/attack/consequences/2007/0415desecration.htm>

Organização das Nações Unidas. Disponível em:

<http://www.un.org/news/dh/infocus/iraq/chronology-02-04.htm>